



ARTIGOS LIVRES

09 *Do sistema de ação social à personalidade:
uma proposta de interpretação da subjetividade
centrada na totalidade*
*(From social action system to personality:
a proposal for interpreting subjectivity centered on totality)*

*Bruno Camargos*¹

1. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). E-mail: bruno.camargos23@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0896-9468>



Resumo – O objetivo do artigo é discutir uma relação possível entre a psicologia e a sociologia a partir do diálogo entre Parsons e Adorno e propor uma perspectiva teórico-metodológica centrada na totalidade que permita uma interpretação da subjetividade a partir da teoria adorniana da personalidade. Para isso, será apresentado o conceito de sistema social parsoniano; em seguida, serão apresentadas as críticas de Adorno em relação a Parsons, assim como as implicações destas à sua teoria da personalidade e, por fim, apontaremos para uma implícita teoria da subjetividade presente nesta teoria

Palavras Chave: Teoria Crítica; Teoria dos Sistemas; Escola de Frankfurt; Talcott Parson; teoria da personalidade.

Abstract – The objective of the article is to discuss a possible relationship between psychology and sociology based on the dialogue between Parsons and Adorno and to propose a theoretical-methodological perspective centered on totality that allows for an interpretation of subjectivity based on Adorno's theory of personality. To this end, the concept of Parsonian social system will be presented; then, Adorno's criticisms of Parsons will be presented, as well as their implications for his theory of personality and, finally, we will point to an implicit theory of subjectivity present in this theory.

Keywords: Critical Theory; Systems Theory; Frankfurt School; Talcott Parson; personality theory.



Introdução

Desde o surgimento da sociologia, a ação se constitui como categoria teórico-metodológica fundamental para a interpretação dos fenômenos sociais, ocupando o lugar de centralidade na sociologia compreensiva proposta por Max Weber. Para este, a tarefa das ciências sociais consiste em compreender os ideais e os juízos de valor que orientam a intencionalidade da ação, ou seja, os sentidos normativos imputados pelo indivíduo à ação social - um tipo específico de ação definida por ser orientada ao outro. Talcott Parsons, em uma das pioneiras tentativas de síntese das teorias sociológicas, articulou esse conceito de ação social às teorias funcionalistas - mobilizando também a psicanálise -, constituindo o que ele denominou de teoria dos sistemas de ação social. A partir disso, Parsons buscou instituir um quadro de referência sobre o qual fosse possível estudar, do ponto de vista sociológico, o estabelecimento de relações proveitosas entre a sociologia e a psicologia. Na teoria dos sistemas sociais, a referência comum entre a sociologia e a psicologia é o comportamento enquanto “ação”, isto é, como modo de relação entre um ator (individual ou coletivo) e um objeto (outros atores): interação social. Theodor Adorno, por sua

vez, se apoia no argumento parsoniano da independência e interdependência do sistema social, sistema de personalidade e sistema cultural, mas discute com este a validade da tese de que os típicos problemas da psicologia e da sociologia estão apartados.

A relação entre Teoria dos Sistemas e Teoria Crítica tem sido predominantemente abordada na literatura a partir do debate entre Niklas Luhmann e Jürgen Habermas. Nessa direção, examina-se o potencial crítico-emancipatório da teoria sistêmica (Habermas, 1974), as possibilidades e os limites de uma “Teoria Crítica dos Sistemas” (Fischer-Lescano, 2010; Amato & Barros, 2018) e a influência deste debate na construção da Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (Regatiere, 2019). Entretanto, neste artigo propomos uma abordagem distinta. Nos interessa discutir uma relação possível entre a psicologia e a sociologia por meio do diálogo entre a teoria do sistema de ação social de Parsons e a psicologia social analiticamente orientada de Adorno. Além disso, buscamos apontar uma perspectiva teórico-metodológica que permita a interpretação da subjetividade a partir da teoria adorniana da personalidade. Para isso, será apresentado o conceito de sistema social parsoniano; em seguida, serão apresentadas as críticas de Adorno em relação a Parsons, assim como as



implicações teórico-metodológicas destas à teoria da personalidade frankfurteana. Por fim, discutiremos uma possível definição de subjetividade centrada na totalidade a partir desta teoria da personalidade.

Quadro de referência do sistema social

Segundo Neves & Aguilar Filho (2012), Talcott Parsons foi um dos iniciadores da Teoria dos Sistemas na sociologia. Sua obra é marcada pela tentativa de síntese de duas abordagens sociológicas aparentemente irreconciliáveis: a teoria da estrutura e a teoria da ação. Para isso, sua teoria social propõe que o “sistema social” seja a unidade de análise sociológica. Para Parsons, a ação social é um sistema. Essa empreitada teórica inicia-se ainda em seu primeiro grande ensaio, intitulado “A Estrutura da Ação Social” (1937), no qual o autor analisa as formulações de Marshall, Pareto e Durkheim sobre a ação e aponta que, em Weber, há uma espécie de síntese da teoria voluntarista da ação, que compreende dois determinantes: o elemento econômico, enfatizado pelos utilitaristas e desenvolvido com maior sofisticação por Pareto; e o elemento normativo, compreendido como um “sistema de categorias estruturais relativas às ideias, rituais, instituições e valores religiosos” (Par-

sons, 2010, p. 898) que imprime sentido aos fins da ação, anteriormente elaborado por Durkheim. Nesse sentido, Parsons encontra em Weber uma definição da estrutura de um sistema geral da ação, evidenciada nos pontos estratégicos da obra deste sociólogo alemão, que ultrapassa as limitações do atomismo utilitarista – que tendia a encontrar na ação uma manifestação racional de interesses individualistas e particulares – e do positivismo – que compreende a ação como resultado das coerções normativas. Essa visão é essencial para a teoria parsoniana, levando-a a conceber que a estrutura limita as ações dos indivíduos, mas também lhes permite atribuir significados à ação, de modo que é possível afirmar que a estrutura existe, ao mesmo tempo, como coerção e liberdade; e que a ação é um sistema social.

Com base nesse ponto de partida teórico, Parsons buscou instituir o “sistema social” enquanto um quadro de referência sobre o qual fosse possível estabelecer relações profícuas entre a sociologia e a psicologia. Em 1954, com esse objetivo, Parsons publicou o ensaio “Psychology and Sociology” no livro “For a Science of Social Man”, traduzido no Brasil como “O conceito de sistema social” – publicado na coletânea *Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral*, organizado por Octávio Ianni e Fer-



nando Henrique Cardoso, editada em 1984. O autor é claro ao apontar que, para isso, parte de um tipo específico de teoria sociológica que compreende que a sociologia “deve focalizar certos aspectos da estrutura e dos processos que se verificam nos sistemas sociais” e que a psicologia se relaciona “com certos processos elementares do comportamento (...) [que] podem ser isolados do seu processo para um estudo especial” (Parsons, 1984, p. 49).

Parsons (1984) define sistema social como a constituição da interação direta ou indireta de seres humanos entre si. Assim, no quadro de referência do sistema social, o comportamento enquanto “ação” é o conceito que harmoniza a relação entre sociologia e psicologia e que define a interação social, isto é, o modo de relação entre um ator (individual ou coletivo) e um objeto (outros atores). A discussão do autor, dessa forma, se concentra nas “relações entre a organização dos componentes da ação-interação em torno do organismo individual como ator [sistema de personalidade], por um lado, e o sistema constituído pela interação de uma pluralidade de indivíduos [sistema social], por outro” (Parsons, 1984, p. 49), fundamentando-se na hipótese de que esses sistemas são independentes e não exercem prioridade um sobre o outro. Observa-se, então, que o autor se con-

trapõe ao antagonismo entre indivíduo e sociedade e propõe que o sistema social se constitui por meio da interação entre os sistemas de personalidade, que existem enquanto papéis, significados padronizados pelo sistema cultural, na ação-interação.

Com efeito, o sistema social não é sinônimo de sociedade na teoria parsoniana. Para Parsons (1984), qualquer processo de interação entre indivíduos pode constituir um sistema social, embora não constitua necessariamente uma sociedade. Sua definição de sociedade envolve mais do que apenas um sistema social isolado, ela caracteriza, na verdade, uma rede complexa de subsistemas inter-relacionados e interdependentes que são, por si mesmos, autênticos, com suas próprias características e interações. E o indivíduo, segundo Parsons, não pode ser tomado como “unidade” da sociedade, pois ele possui múltiplas participações e filiações em sistemas sociais - família, trabalho, igreja, corporação, etc. Nesse sentido, somente o status-papel do indivíduo pode ser considerado uma unidade, mas uma unidade da estrutura do sistema social, do subsistema de interação social.

Parsons, além disso, afirma que se a ação é um modo de relação entre um indivíduo e um conjunto de objetos (outros indivíduos) numa situação dada,



“o significado básico dos objetos envolvidos numa ação resulta da sua significação para um ator” (Parsons, 1984, p. 51) - significação aqui compreendida em seu nível simbólico, como significados organizados em sistemas culturais. “Portanto, um objeto específico envolvido numa situação de ação (...) ‘possui um sentido’ em função da posição que ocupa no quadro organizado do ‘sistema de significação’” (Parsons, 1984, p. 51). Conseqüentemente, os objetos podem ser inter-relacionados nos complexos de significados, sendo possível que um objeto simbolize outros objetos.

Para Parsons (1984, p. 51), a estrutura dos sistemas de ação é caracterizada principalmente pela organização recíproca e padronizada dos significados atribuídos aos objetos, ou seja, pela estabilização ou institucionalização da orientação em relação aos objetos. Dessa forma, é possível afirmar que a ação é culturalmente organizada, que há uma cultura internalizada na personalidade e que há uma institucionalização da cultura no sistema de interação social. A cultura é, portanto, analiticamente autônoma em relação aos sistemas de ação, podendo ser considerada como um complexo de padrões e ser permutada entre diferentes sistemas sociais. Assim, a análise do comportamento interativo em termos da ação deve

levar em consideração três sistemas: *o sistema cultural, o sistema de personalidade e o sistema social* - que sintetiza e institucionaliza os dois primeiros.

Diante dessas premissas, Parsons (1984, p. 52) afirma que os sistemas de personalidade e os sistemas sociais são interdependentes e interpenetrantes no sentido de que “qualquer sistema social (...) envolve um setor do comportamento de cada um dos atores componentes” e a personalidade é um papel que “constitui uma série de comportamentos esperados e padronizados (...) de um padrão de tipos que variam de acordo com o desenvolvimento de uma situação interativa” (idem, p. 52) que se expressa tanto quando o indivíduo está em atividade no grupo/sistema de ação quanto quando está em latência.

Segundo Parsons (1984), a participação no sistema social é estruturada e organizada na medida em que o sistema de personalidade tem de ser regularizado e estabilizado para que não se choque com os outros elementos. Para que seja possível a reciprocidade ou complementaridade das orientações da ação, o sistema interativo exige uma *cultura comum*, isto é, “uma padronização relativamente estável dos significados” (idem, p. 53). Isso não quer dizer que o sistema interativo seja estático, pois ele não é determinado apenas pelos padrões de significado, mas



também “está sujeito a exigências adaptativas e integrativas (...) decorrentes da natureza das situações e das unidades-atores de que se compõe” (Parsons, 1984, p. 53). O autor destaca ainda que os padrões dos significados-símbolos são constitutivos não somente dos sistemas de interação, mas dos sistemas de personalidade que o interpenetra. A cultura, nesse sentido, é internalizada pela personalidade.

Por fim, Parsons destaca as fontes de diferenciação do sistema de personalidade que produzem uma miríade de possibilidades de ação ou reação frente às contingências sociais. Primeiramente, o organismo vivo de cada indivíduo é, redundantemente, indivisível, pois “constitui a fonte de energia motivadora da sua ação” (Parsons, 1984, p. 54). Em segundo lugar, o corpo, enquanto sujeito, “constitui um e um só instrumento de ação, assim como, enquanto objeto, constitui um alvo único das reações” (Parsons, 1984, p. 54). Por fim, há “a ocorrência de uma diferenciação, segundo a capacidade de participação social de cada indivíduo, durante a história de vida” (Parsons, 1984, p. 55). Todos esses elementos concorrem para a ocorrência de “desvios” da ação em relação aos padrões normativos do sistema cultural.

A crítica de Adorno ao quadro de referência do sistema social

Theodor Adorno, assim como Parsons, mas a partir de outra questão, critica as teorias racionalistas e utilitaristas acerca da ação. Para ele, a adesão das massas ao fascismo é uma demonstração empírica de seu fracasso na medida em que os interesses racionais destas foram preteridos em favor das políticas de catástrofes. Ao mesmo tempo, Adorno se dirige contra as análises de sua época que consideravam que as massas estariam sendo enganadas pelos meios de opinião pública, pois elas “dificilmente seriam cativadas por falsas propagandas, toscas e capciosas, se nelas mesmo não houvesse algo que correspondesse às mensagens de sacrifício e vida perigosa” (Adorno, 2015, p. 71). Frente a esse problema, Adorno considerou necessário complementar a teoria sociológica do fascismo com um tipo específico de psicologia que ele denominou como “psicologia social analiticamente orientada”. A conciliação da sociologia com a psicologia prometia ao Adorno um “completo discernimento sobre a composição da totalidade” (Adorno, 2015, p. 72) por meio de conhecimentos dos determinantes sociais e das estruturas pulsionais das massas.



Diante dessa discussão, Adorno dialoga com Parsons, reafirmando a independência do sistema social em relação ao sistema de personalidade, não podendo o primeiro ser concebido como mero produto de ações individuais. Entretanto, Adorno critica Parsons por propor que essa diferenciação se reflita nas fronteiras do estudo sociológico, que se limitaria aos “modos de comportamento e atitudes relevantes para o sistema social” (Adorno, 2015, p. 73), e que, portanto, os problemas sociológicos de motivação da ação precisam ser formulados em termos do quadro de referência do sistema social e não da personalidade. A mais intensa objeção do frankfurtiano contra a proposta de Parsons reside no argumento deste de que o antagonismo entre os processos sociais e psique é um problema de organização científica que poderia ser resolvido “se ambas as ciências esclarecessem a estrutura lógica de seus conceitos através de uma organização progressiva” (Adorno, 2015, p. 73) por meio do emprego de conceitos iguais em diferentes níveis e abstrações.

Para Adorno (2015), a formulação de Parsons representa uma tentativa de aplicação do ideal de unificação conceitual, extraído das ciências naturais, a uma sociedade que é singular pelo fato de não ser unitária ou homogênea. Contra essa tentativa, ele afirma que “a separação entre sociedade e psique é falsa consciência”,

mas “é ao mesmo tempo correta” (Adorno, 2015, p. 74-75). Falsa consciência porque reproduz a divisão entre “sujeito vivo e a objetividade que impera sobre os sujeitos mas que provém deles” (Adorno, 2015, p. 74); e correta porque ela é real, de modo que as relações sociais são objetificadas e se apresentam para os indivíduos como um ser em si - circunstância que não pode ser remediada por um decreto metodológico como quer Parsons. Nesse sentido, para Adorno, somente através da determinação da diferença entre psique e vida social esta relação será expressa de forma adequada.

Em consonância com um dos princípios filosóficos basilares da Escola de Frankfurt, isto é, o princípio da não-identidade ou da dialética sem síntese, Adorno se opõe às tentativas de síntese entre sociologia e psicologia, tal como as empenhadas por Karen Horney e Erich Fromm e, também, por Parsons, que tendeu à síntese pluralista em busca da harmonização do conteúdo psicológico e sociológico “através do emprego de conceitos iguais em diferentes níveis de abstração” (Adorno, 2015, p. 75). Levando isso a cabo, Parsons afirma que “a integração de uma sociedade”, objetiva e positiva, “realiza-se quando suas necessidades funcionais [no sentido estritamente sociológico] (...) concordam com os esquemas do ‘super-reu médio’” (Adorno, 2015, p. 75). Para Adorno, essa



é uma imagem positivista da unificação entre o sujeito e o objeto. Em Parsons, a divergência entre indivíduo e sociedade recai, então, sobre o antagonismo entre a “estrutura da personalidade” e a “estrutura institucional” do mundo que lhe era contemporâneo. Assim, orientando-se psicanaliticamente, Parsons considera que há uma primazia dos mecanismos da estrutura institucional contra as tendências subjetivas dos indivíduos, pois as expectativas objetivamente institucionais são sedimentadas psicologicamente pela adaptação mediada, essencialmente, pelo medo – tanto da exclusão social quanto da aniquilação física – enquanto motivo subjetivo.

Segundo Adorno (2015), Parsons fica diante da alternativa entre duas figuras de falsa consciência: a psicologia racionalista e a teoria social psicologista. No entanto, sua reflexão é interrompida pela escolha do sistema de referência científico que permitisse unificar a sociologia e a psicologia, desviando-se da tentativa de determinar o conteúdo da motivação e postulando apenas que “as teorias motivacionais sociológicas teriam que concordar com o conhecimento já alcançado sobre a estrutura da personalidade” (Adorno, 2015, p. 80). Dessa forma, afirma Adorno, “Parsons se contenta com o poder de realização da tática científica equalizadora, [enquanto] a incompatibilidade das categorias que ele quer unificar aponta para a incompatibilidade entre o sistema e os seres humanos, a partir dos quais ele se constitui” (Adorno, 2015, p. 80). Em outras palavras, para Adorno, a contradição entre psique e sociedade não se trata de uma efemeridade do intelecto, pois estes elementos estão cindidos objetivamente por princípio. Por isso, nenhuma síntese científica poderia unificá-los.

A partir deste posicionamento, Adorno (2015) argumenta que as leis sociais não podem ser inferidas do conhecimento psicológico da estrutura da personalidade. Além disso, considera que o indivíduo não é um “substrato da psicologia”, mas um “portador das determinações sociais que o marcam”, seja em sua psicologia racional ou irracional. Portanto, “a divergência entre indivíduo e sociedade possui uma origem essencialmente social, é perpetuada socialmente, e suas manifestações devem ser explicadas sobretudo socialmente” (Adorno, 2015, p. 81).

Por fim, Adorno (2015) acrescenta que ainda que fosse possível a adaptação dos conceitos psicológicos à teoria social, como quis Parsons, essa tarefa não seria profícua, pois os fenômenos especificamente sociais foram emancipados da psicologia por meio da reificação das relações sociais – na forma da troca de equivalentes – e da dominação pela ratio –



razão instrumental. Esse argumento está fundamentado na crítica cultural frankfurtiana sintetizada por Adorno & Horkheimer em *Dialética do Esclarecimento* (1985), segundo a qual o modelo de racionalidade construído na modernidade – a razão técnica/instrumental – tem como base a abstração - processo em que o sujeito se distancia da particularidade do objeto para conhecê-lo e dominá-lo com o objetivo de libertar a civilização das imposições da natureza, mas que, em contrapartida, impõe aos humanos uma submissão ainda mais profunda, que opera por meio da consciência: a fetichização da igualdade, isto é, o processo de homogeneização não só da natureza, mas também dos sujeitos, que se tornam nivelados e domináveis. Com a eliminação da reflexão no pensamento, o pensamento se reduz ao procedimento matemático e a razão, ao formalismo lógico. Diante da razão técnica, os dados, inclusive aqueles que dizem respeito à realidade social, são sempre sacramentados como intangíveis.

Esse modelo de racionalidade, segundo Adorno & Horkheimer (1985), é mítico, irracional e totalitário. A consequência de sua hegemonia é a reificação do sujeito - o qual é transformado em elemento estatístico, em coisa a ser mensurada – e das relações intersubjetivas. Esse processo é operado por meio do

fetichismo das mercadorias e de suas inúmeras agências de produção cultural em massa que servem para imprimir ao indivíduo comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes e racionais, guiados pelo imperativo de autoconservação - a base moral que fundamenta a civilização ocidental.

Diante disso, Adorno (2015) opta pela insistência no particular cindido do todo para romper seu caráter monadológico e encontrar, em seu núcleo, o universal, pois a totalidade só pode ser alcançada pelo conhecimento a partir da contradição. Esse posicionamento teórico-metodológico justifica o interesse da primeira geração frankfurtiana em estudar sociologicamente a personalidade, especificamente a personalidade autoritária. Sociologicamente, pois a teoria adorniana da personalidade está intrinsecamente ligada à sua crítica da cultura ocidental moderna, evitando o psicologismo da teoria social ao considerar que as ações supostamente antissistemáticas, ou irracionais, das massas não significam contingências psicológicas, mas uma derivação da “irracionalidade cindida como complemento da *ratio* dominante” (ADORNO, 2015, p. 83, grifo do autor).

Teoria frankfurtiana da personalidade

Apresentado o ponto de partida teórico acerca da relação entre sociologia e psicologia, o que se pretende discutir nesta seção é a teoria da personalidade adorniana e sua contribuição para o estudo da ação a partir da categoria de subjetividade. Para isso, será utilizada a interpretação do filósofo brasileiro Sérgio Paulo Rouanet acerca da teoria da personalidade em Adorno e Horkheimer.

Rouanet (1983) explica que a teoria da personalidade frankfurtiana se insere na preocupação, compartilhada com os freudo-marxistas (especialmente Erich Fromm), em relação ao problema da ideologização. O objeto de investigação consiste na aceitação voluntária das condições de existência por parte da maioria pauperizada. Horkheimer (1936), desde a publicação dos *Studien über Autorität und die Familie*, se dedica a essa questão, admitindo o papel da coação física nesse cenário, porém compreendendo que a interiorização da cultura é o fator fundamental de conservação do poder hegemônico. A interiorização de ideias e valores dominantes é objeto de uma política induzida pelos “aparelhos ideológicos”, cuja base é representada pela família. Para Horkheimer,

a estrutura familiar é essencialmente autoritária, “é um micro-universo hierarquizado, em cujo ápice se encontra o pai, cuja superioridade decorre de sua força física e do seu prestígio como provedor” (Rouanet, 1983, p. 159) e, portanto, isso explica a incapacidade dos indivíduos questionarem o sistema econômico e social. A criança cresce em uma estrutura normativa marcada pela hierarquia, pelo domínio do superior sobre o inferior, e, por consequência, quando confrontada com novas experiências sociais, o indivíduo reproduz a ordem autoritária interiorizada e naturalizada.

Rouanet (1983) afirma que os estudos empíricos acerca da personalidade tem seu ponto máximo no livro *“The Authoritarian Personality”* (Estudos Sobre a Personalidade Autoritária). Embora Horkheimer, em colaboração com os freudo-marxistas, tivesse feito levantamentos empíricos no sentido de compreender os determinantes psicológicos para a recepção a influências autoritárias nos *Studien*, estes eram vulneráveis metodologicamente, pois as técnicas de elaboração dos *surveys* não permitiam a distinção entre opiniões de superfície e os valores profundos, além de que, para a compreensão da dinâmica da personalidade, eram necessários a conjugação desta técnica com outros instrumentos, o que não foi feito.



Nos *Estudos sobre a Personalidade Autoritária*, foram utilizados *surveys* mais sofisticados e métodos clínicos, como a entrevista individual e o Teste de Apercepção Temática (TAT). Os *surveys* consistiam perguntas factuais (como religião, nível de renda, partido político), opinativas (pontos de vistas e atitudes) e projetivas (de caráter emocional) avaliadas em escalas que avaliavam quantitativamente opiniões sobre três grandes áreas temáticas: Antissemitismo (escala AS), etnocentrismo (escala E) e conservadorismo econômico e social (escala PEC). Reconhecendo o risco do participante “responder os diferentes quesitos, não na base de sua convicção íntima, mas na base do que julgava ser socialmente aceitável” (idem, p. 165) e buscando compreender os determinantes profundos estruturados na personalidade, foi elaborada, posteriormente, a escala F, que avalia o potencial fascista por meio de “itens voltados para as camadas psicanaliticamente mais profundas da personalidade” (Rouanet, 1983, p. 166), evitando-se itens abertamente ideológicos.

Além dos aprimoramentos metodológicos, explica Rouanet (1983), o “Estudos sobre a Personalidade Autoritária” também marca um enriquecimento teórico em relação aos estudos que o antecederam, embora tenha dado continuidade a muitas hipóteses

teóricas fundamentais formuladas pelos freudo-marxistas. A personalidade (ou caráter) é definida como um sistema que filtra a assimilação ou rejeição das ideologias – aqui compreendidas como “uma organização de opiniões, atitudes e valores, uma forma de reflexão sobre o mundo e a sociedade” (Adorno *apud* Rouanet, 1983, p. 168) que depende das necessidades humanas. Adorno entende que a personalidade é um produto histórico modelado, em grande medida, pela socialização familiar que, por sua vez, é condicionada pelas relações de produção, refletindo as condições socioeconômicas. Nesse sentido, “a personalidade (ou caráter) é a instância mediadora entre a base econômica e a ideologia” (Rouanet, 1983, p. 169). Por meio da personalidade, determinada pela família e encarregada de organizar as necessidades humanas, a base econômica determina as ideologias que o indivíduo aceita ou rejeita, pois a sua estrutura exerce uma função epistemologicamente deformante, impondo certos conteúdos e vedando o “acesso a determinados fatos e conexões” (Rouanet, 1983, p. 170) geradores de angústia ao sujeito.

A inovação dos “Estudos sobre a Personalidade Autoritária” consiste, segundo Rouanet (1983), na observação de que haviam altos pontuadores da escala de conservadorismo social e econômico (PEC)



– supostamente conservadores – com baixa pontuação na escala fascista (F), e também baixos pontuadores da escala PEC – supostamente progressistas – com alta pontuação na escala F, AS e E. Esse resultado rompe com o fundamento freudo-marxista que postulava a vinculação inquestionável entre conservadores e a personalidade autoritária. Diante desse dado estatístico (produzido por meio de técnicas de correlação entre os dados brutos), Adorno é impelido a definir quatro tipos de vinculação entre a personalidade e ideologia: i) conservador genuíno, que apresenta alta pontuação na escala PEC e baixa pontuação nas escalas F, AS e E; ii) liberal/progressista genuíno, com baixa pontuação na escala PEC e baixa pontuação nas escalas F, AS e E; iii) pseudoconservador, com alta pontuação em todas as escalas; e iv) pseudoliberal/pseudo-progressista, com baixa pontuação na escala PEC e alta pontuação na escala F, AS e E. Os dois últimos subtipos seriam produtos da identificação incompleta e ambivalente com a autoridade, no caso do pseudoconservador, identificando-se apenas no nível superficial, e do pseudoliberal, rebelando-se no nível superficial.

Nesse sentido, explica Rouanet (1983), Adorno dialetiza o determinismo simples personalidade/ideologia proposto pelos freudo-marxistas. É verdade

que os dados observados poderiam levar à conclusão de que, podendo todas as variáveis serem correlacionadas entre os sujeitos, há uma contingência entre a personalidade e a assimilação/rejeição das ideologias e que, portanto, o estudo não tem qualquer validade. No entanto, Adorno sugere outra saída, a de que há uma afinidade probabilística entre personalidade e ideologia. Ele explica que a personalidade é um dos determinantes da ideologia, mas não o único: há, além dela, o “clima cultural geral” ou a “ideologia objetiva”, e os elementos da realidade captados parcialmente pelos sujeitos. Os mecanismos da cultura podem ser suficientemente fortes para penetrar as consciências individuais, independente da personalidade, e por isso aparecem simultaneamente entre os altos e os baixos pontuadores da escala PEC. Entre eles estão a estereotipia - tendência de redução do mundo a categorias rígidas, aos clichês – e a personalização – redução dos processos anônimos da cultura à personalidades marcantes. Somado à ignorância ou apatia da maioria dos sujeitos em relação a temas políticos, sociais e econômicos, estes instrumentos conduzem a uma adesão generalizada ao *status quo*, contudo, apenas parcialmente, pois as motivações da personalidade funcionam como filtro dos elementos que serão assimilados pelo indivíduo. Por outro



lado, raramente a ação é motivada por uma completa falsa consciência e exclusão da realidade. A personalidade é mobilizada para direcionar os elementos da realidade que são percebidos pelo indivíduo por responderem melhor às suas “necessidades projetivas”. “Dessa forma, se tal opinião foi motivada, em parte, pela ideologia oficial, e em parte por critérios racionais, foi decisivamente sobredeterminada pelos traços projetivos da personalidade” (Rouanet, 1983, p. 178). Além disso, embora seja verdade que o potencial fascista da personalidade (escala F) não é fortemente correlacionado com a aceitação ou rejeição dos valores da ideologia socioeconômica (escala PEC), ele determina, quase sempre, as razões pelas quais esses valores são assimilados ou rejeitados. Por exemplo, um baixo pontuador na escala F é anti-sindical, em grande medida, por motivos racionais - insatisfação com a prática sindical de manutenção do emprego de trabalhadores ineficientes ou perplexidade diante da corrupção de líderes sindicais -, enquanto o alto pontuador o é por conta de uma “hostilidade projetiva” que deriva de sua identificação psicológica com as grandes empresas. Nesse sentido, a personalidade é determinante não em relação ao conteúdo ideológico, mas ao estilo de articulação ideológica.

Para Adorno (Rouanet, 1983,, p. 183), “o caráter potencialmente fascista tem que ser visto como produto da interação entre o clima cultural favorável ao preconceito e as respostas psicológicas a esse clima”. Esse clima, ele destaca, não é produto somente das condições sociais e econômicas, mas também das

(...) opiniões, ideias e comportamentos que parecem ser do indivíduo, mas que na verdade não se originaram nem em sua reflexão autônoma nem em seu próprio desenvolvimento psicológico, mas resultam da circunstância de que esse indivíduo pertence à nossa cultura. (ADORNO apud Rouanet, 1983, p. 183)

Os dados mostram isso na medida em que tanto os altos quanto os baixos pontuadores nas escalas utilizadas em suas pesquisas compartilham determinadas opções ideológicas. Diante disso, explica Rouanet (1983), se impôs a necessidade de investigar “em que medida o complexo ideológico objetivo, materializado na cultura, se infiltra em *todos* os tipos de personalidade” (Rouanet, 1983, p. 183 – grifo do autor). Por isso, Adorno faz uma tipologia de personalidades *high* (altos pontuadores), são elas: i) res-



sentido superficial; ii) convencional; iii) autoritário; iv) rebelde-psicopata; v) lunático; e vi) manipulador; e de personalidades *low* (baixos pontuadores): i) rígido; ii) contestador; iii) impulsivo; iv) descontraído; e v) liberal/progressista genuíno. Em alguns tipos a motivação subjetiva se sobressai, enquanto em outros prepondera a influência cultural, mas em todos eles esses dois elementos estão presentes. Por um lado, a motivação psicológica condiciona as opiniões, seja em seu conteúdo ou em sua forma de articulação. Por outro lado, os clichês e estereótipos da cultura “permeiam até o seu âmago virtualmente todos os indivíduos” (Rouanet, 1983, p. 188), com exceção dos raros liberais/progressistas genuínos.

Rouanet (1983) destaca que embora Adorno não seja claro em relação a isso, “para ele são sempre os fatores objetivos, em última instância, que jogam o papel decisivo” (p. 189) sobre as tomadas de posição e ação. A personalidade, ou as influências subjetivas, têm importância apenas como instância mediadora entre o “clima cultural geral” e as opiniões dos indivíduos, o que demonstra uma convergência com a crítica cultural empenhada na Dialética do Esclarecimento que compreende uma tendência fomentada pela cultura à identificação incondicional com o *status quo*.

Segundo Rouanet (1983), o pensamento político dos altos pontuadores na Escala F, que Adorno sintetiza na máxima “*there will be no utopia*” (em tradução livre: não vai haver utopia), converge perfeitamente para o anti-utopismo justificado do Iluminismo. No entanto, a cultura produzida pelo Iluminismo não atinge apenas este grupo específico. Os seus estereótipos permeiam todas as personalidades e, portanto, a cultura seria dominada pela estereotipia absoluta, pela mentalidade do *ticket* ou pelo esquema cognitivo que reduz a complexidade do real, de modo que as pessoas e as ideias são aceitas ou rejeitadas em bloco. Por isso, embora o pseudoconservador e o pseudoliberal tenham sido descritos como um produto patológico da identificação mal sucedida, fato é que a cultura fomenta a emergência desse tipo de personalidade a partir do capitalismo monopolista, que expropria o indivíduo de si mesmo para entregá-lo ao poder por meio desindividualização e da resistência à diferença.

Nesse sentido, a teoria da personalidade de Adorno reflete, na verdade, uma teoria da subjetividade na medida em que considera que a cultura sobredetermina os aspectos cognitivos, emocionais e normativos que motivam a ação dos indivíduos. A psicanálise, portanto, entra em jogo por forne-



cer categorias analíticas que permitem o estudo das mediações entre sujeito e cultura. A personalidade autoritária, então, não é um desvio psicológico e patológico do indivíduo, mas um tipo subjetivo constitutivo da própria cultura ocidental moderna, que se operacionaliza por meio dos seus aparelhos ideológicos: a família, a escola, a igreja, os meios de comunicação de massa, entre outras instituições. Isso não significa, contudo, que há uma identidade entre indivíduo e sociedade, pois se a cultura objetiva consegue penetrar as consciências individuais, as motivações da personalidade – modeladas pela dinâmica familiar, que reflete as condições socioeconômicas – garantem a diferenciação do conteúdo e da forma da manifestação de atitudes, opiniões e valores entre os sujeitos, assim como a manutenção da contradição entre indivíduo e sociedade.

Considerações finais

O diálogo entre Parsons e Adorno mostrou-se interessante para uma discussão por ambos autores criticarem a concepção utilitarista das motivações da ação social e considerarem elementos normativos e psíquicos que condicionam a possibilidade, o conteúdo e a forma da ação. Esse aspecto teórico foi

desenvolvido, em grande medida, a partir da problemática que permeia a filosofia social moderna desde o seu surgimento, quer seja, a relação entre indivíduo e sociedade. Diversos elementos entram em jogo para essa questão na forma como foi enfrentada por Parsons e Adorno: as fronteiras entre psicologia e sociologia, a interação entre psique e cultura, assim como as perspectivas de harmonização entre os dois âmbitos e os processos que fazem a mediação entre estes. Ambos afirmam a existência da cultura externa ao indivíduo, mas enquanto Parsons acredita que isso implica na limitação entre o objeto da sociologia e da psicologia e busca uma forma de conciliá-las por meio do quadro de referência do sistema social - que tem como núcleo a ação social como objeto de investigação - e, com isso, operar também uma harmonização entre indivíduo e cultura, Adorno é mais cético. Para ele, que busca conhecer a totalidade a partir de antagonismos irreconciliáveis, a diferenciação entre psique e cultura deve ser reafirmada, o que não significa que isso implica na crença cega na divisão social do trabalho intelectual que considera que os objetos da sociologia e psicologia estão apartados. Dessa forma, a personalidade e, até mesmo, a irracionalidade das ações humanas podem e devem ser estudadas sociologicamente, pois estas também são



produzidas pela cultura. Esta concepção justifica os estudos sociológicos empíricos acerca da personalidade empreendidos por Adorno & Horkheimer entre os anos 1930 e 1950.

Ao desenvolver sua teoria da personalidade, Adorno observa que os traços autoritários da personalidade, associados ao fascismo (ou aos altos pontuadores) nos estudos de Fromm e Horkheimer, estavam disseminados – em diferentes medidas – em ampla maioria dos participantes de sua pesquisa e, portanto, a motivação das atitudes, opiniões e valores do indivíduo são sobredeterminadas pela cultura. Assim, sua discussão lança-se sobre uma teoria da subjetividade, intrinsecamente ligada à sua crítica da cultura ocidental moderna, que considera que a cognição, as emoções e as normatividades do sujeito são modeladas culturalmente. Embora a personalidade seja definida como o sistema que filtra as influências ideológicas da cultura sobre a psique, Adorno considera que esta é modelada pela socialização familiar, que, por sua vez, é condicionada pelas relações de produção econômica.

A psicanálise, portanto, é recrutada por Adorno porque ela torna possível o conhecimento das instâncias de mediação entre a cultura e a psique. Na teoria da personalidade, duas principais instâncias

são apontadas como disseminadas entre os sujeitos pesquisados: a estereotipia e a personalização. Elas estão ligadas à crítica frankfurtiana da indústria cultural, instituição possível graças às inovações tecnológicas do início do século XX que permitiram o surgimento da propaganda, da música de massas, do rádio e do cinema. Para a contemporaneidade, os estudos de Adorno nos provoca a questionar quais mecanismos de mediação sujeito-cultura operam ou passaram a operar com a difusão do uso da *internet*. Richard Miskolci (2021) nos direciona a essa problemática ao apontar para uma nova forma de interação que ele denomina de “economia digital do reconhecimento”, em que os sujeitos, independentemente de seu posicionamento ideológico, se mobilizam em lutas individuais por atenção, por controle da fala e por autoridade moral. Esse é um sintoma que aponta para um clima cultural favorável ao fascismo e que merece ser estudado a partir da ótima adorniana.



Referências

ADORNO, Theodor W. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: _____. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AMATO, Lucas F.; BARROS, Marco Antonio L. L. de (orgs.). **Teoria crítica dos sistemas? Crítica, teoria social e direito**. Porto Alegre: Fi, 2018.

FISCHER-LESCANO, Andreas. A teoria crítica dos sistemas da escola de Frankfurt. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 163–177, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Theorie der gesellschaft oder sozialtechnologie?. In: HABERMAS, Jürgen; LUHMANN, Niklas. **Theorie der Gesellschaft oder Sozialtechnologie**. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1974.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

NEVES, Fabrício Monteiro; AGUILAR FILHO, Hélio Afonso. O acoplamento entre sociedade e economia: a teoria dos sistemas nas contribuições de Talcott Parsons e Niklas Luhmann. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, Vol. 2, nº1, p.138-167, jan./jun. 2012

PARSONS, Talcott. **A estrutura da ação social: um estudo de Teoria Social com especial referência a um grupo de autores europeus recente, vol. II: Weber**. Petrópolis: Vozes, 2010.



PARSONS, Talcott. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984, pp. 47-55.

REGATIERE, Ricardo P. Teoria da ação e teoria de sistemas em Talcott Parsons e Jurgen Habermas. **Estudos de Sociologia**, Recife, v. 2, n. 25, 2019.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Teoria Crítica e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

Recebido:

05 de maio de 2023

Aprovado:

02 de agosto de 2023

